

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 4.898, DE 2001

Altera a Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 a fim de inserir capítulo sobre política de atenção à saúde dos usuários de drogas.

Autor: Deputado Nelson Pelegrino

Relator: Deputado Elias Murad

I - RELATÓRIO

A proposição em tela insere novo capítulo na Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, criando o Subsistema de Atenção à Saúde dos Dependentes de Drogas.

Este subsistema tem como principais competências:

- garantir a não discriminação contra os dependentes de droga, bem como assegurar a igualdade de tratamento;
- desenvolver campanhas de prevenção e educação, e programas de tratamento e redução dos danos;
- assegurar o pleno atendimento e acesso gratuito do dependente de droga aos serviços e ações de saúde, incluindo-se exames toxicológicos, de Hepatite C e de outras patologias associadas à dependência de drogas; e
- assegurar o aperfeiçoamento e a capacitação dos profissionais envolvidos.

O acesso ao tratamento deve ser por voluntária intenção do usuário. Esse tratamento envolve múltiplos procedimentos e modalidades de intervenção.

As instituições e estabelecimentos hospitalares que prestarem serviços aos dependentes de drogas estão obrigados a dispor de instalações físicas apropriadas e de profissionais capacitados.

O subsistema a ser criado será custeado pela União, podendo ser complementado pelos Estados e Municípios, sendo que sua gestão deverá ser descentralizada, hierarquizada e regionalizada.

Dentre as principais funções destacadas pelo projeto, encontram-se as de formular, normalizar, coordenar, participar e avaliar a execução da política de saúde do dependente de drogas.

A lei entrará em vigor no prazo de 60 dias.

Em sua justificativa, apresenta como as principais razões para a apresentação do projeto de lei o crescente número de consumidores de drogas, especialmente entre os jovens, - o que tem gerado um enorme contingente de dependentes físicos e psíquicos - e a ausência do Estado na prestação de uma assistência especializada e de qualidade.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

II - VOTO DO RELATOR

A proposição sob comento merece ser louvada pelo seu nobre objetivo de criar, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, um Subsistema de Atenção à Saúde do usuário de drogas e seus familiares, a ser integrado por serviços e ações gratuitos.

O autor revela sua preocupação social, demonstrando ampla consciência sobre a questão. Em sua justificativa apresenta elementos convincentes que revelam a gravidade do problema e alertam para o veloz crescimento do número de dependentes.

Esta é a mais pura realidade. O uso abusivo de drogas é considerado pela Organização Mundial de Saúde – OMS, como uma “epidemia social”. Pesquisas realizadas em todo o mundo apontam um aumento significativo de pessoas que abusam das drogas, tanto lícitas, quanto ilícitas. Ademais, como bem afirma o autor, o Estado não oferece tratamento de saúde voltado à recuperação do usuário de drogas. Sendo assim, faz-se necessária a criação de programas que objetivem diminuir os efeitos danosos causados por este problema, que vem afetando indiscriminadamente todas as classes sociais.

A análise criteriosa do projeto revela sua qualidade, consistência e coerência. Todavia, consideramos importante apresentar algumas modificações aperfeiçoadoras. Dentre elas destacam-se aquelas direcionadas a ampliar as garantias da livre decisão do usuário sobre condutas a serem adotadas pelos serviços - como a realização de exames toxicológicos, entre outros .

Ademais, procuramos garantir - dentro da ótica do não constrangimento ou discriminação do dependente de droga – que o afastamento do trabalho se dê sem qualquer risco de punição ou qualquer forma de punição.

Alterou-se também o prazo de entrada em vigor da lei, que passa a ser imediata, por não identificarmos razões para qualquer adiamento.

Isto posto, manifestamos nosso voto favorável ao PL nº 4.898, de 2001, nos termos do Substitutivo.

Sala da Comissão, em de de 2001.

Deputado ELIAS MURAD
Relator

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4.898, DE 2001

Altera a Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, a fim de inserir capítulo sobre política de atenção à saúde dos usuários de drogas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, que “Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências” passa a vigorar com o seguinte Capítulo:

“Capítulo

Do Subsistema de Atenção à Saúde dos usuários de drogas e seus familiares

Art. 1º As ações e serviços de saúde voltados para o atendimento de usuários de drogas em todo o território nacional, obedecerão ao disposto nesta Lei.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se usuário de droga, a pessoa que utiliza inadequadamente produto psicoativo, lícito ou ilícito.

Art. 3º Fica instituído um Subsistema de Atenção à Saúde dos usuários de drogas, componente do Sistema Único de Saúde – SUS, criado e definido por esta Lei, o qual funcionará em integração com os serviços mantidos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios e terá como competência, entre outras:

I – Garantir o não constrangimento ou discriminação dos usuários de drogas que recorram aos serviços, assegurando, quando necessário, o afastamento temporário do trabalho, sem risco de demissão ou qualquer tipo de punição;

II – Desenvolver programas de educação preventiva, em âmbito primário, secundário e terciário, em todos os setores da sociedade, visando melhora da qualidade de vida da população, através da diminuição dos efeitos danosos causados pelo abuso de drogas;

III – Prover as condições indispensáveis à garantia do pleno atendimento e acesso gratuitos dos usuários de drogas e seus familiares, aos serviços e ações;

IV – Garantir o acesso a exames toxicológicos e imunológicos na rede pública do SUS, assegurando o sigilo do conteúdo dos mesmos;

V – Assegurar o aperfeiçoamento e capacitação periódicos dos profissionais ligados ao Subsistema;

Art. 4º Para ter acesso ao tratamento na rede pública de saúde, o usuário de drogas deverá demonstrar intenção voluntária em obter tratamento médico ou psicoterápico.

Parágrafo único. Os profissionais de saúde poderão solicitar exames a fim de detectar o abuso de produto psicoativo, mediante o consentimento do usuário de drogas ou de seu responsável legal.

Art. 5º O tratamento do usuário de drogas na rede pública abrangerá desintoxicação, internação ou semi-internação, tratamento ambulatorial, farmacoterapia, psicoterapia individual ou em grupo, atendimento familiar, grupos de apoio e auto-ajuda e redução de danos a fim de minorar os efeitos da abstinência.

Parágrafo único. As intervenções descritas neste artigo poderão ser prescritas de forma isolada ou cumulativamente.

Art. 6º As instituições e estabelecimentos hospitalares que desenvolverem os serviços de tratamento e recuperação de usuários de drogas, deverão dispor de instalações físicas adequadas, profissionais das áreas de Medicina, Enfermagem, Psicologia, Terapia Ocupacional e

Serviço Social, treinados e capacitados para esse fim.

Art. 7º O SUS promoverá a articulação e integração do Subsistema instituído por esta Lei, com os órgãos públicos e instituições não-governamentais que realizem programas e ações voltados à saúde do usuário de drogas.

Art. 8º Os Estados, Distrito Federal e Municípios, poderão atuar complementarmente no custeio e execução das ações desenvolvidas pelo Subsistema tratado por esta Lei.

Art. 9º O Subsistema deverá apresentar ação descentralizada, hierarquizada e regionalizada e terá como competência, entre outras:

I – Coordenar e participar na execução e avaliação da política de atenção à saúde do usuário de drogas, elaborando normas, relatórios, planejamentos e avaliando as ações dos serviços de saúde para usuários de drogas, respeitadas as competências estaduais e municipais;

II – Promover a participação de técnicos e consultores especializados no atendimento a usuários de drogas, na gestão do Subsistema.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2001.

Deputado Elias Murad
Relator